

RECURSO ESPECIAL Nº 1.349.297 - MA (2012/0216232-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADOS : ISABEL BERNARDO DE OLIVEIRA - CE006814
PAULO CÉSAR GOMES ALBUQUERQUE - DF036165
RECORRIDO : ANTÔNIO RAMOS MENDES COLINS
ADVOGADOS : ISAUQUE RAMOS DA SILVA JÚNIOR - MA007075
FERNANDO ANDRÉ PINHEIRO GOMES E OUTRO(S) - MA007067

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DECLARATÓRIA. INDENIZAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. DECADÊNCIA. SÚMULA 7 E 83 DO STJ. NULIDADE DO AVAL E EXISTÊNCIA DE DANO MORAL. SÚMULA 7 DO STJ.

1. A Corte local tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide, apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar violação ao art. 535 do CPC/1973.

2. Rever o acórdão recorrido e acolher a pretensão recursal quanto à data da ciência do recorrido do negócio jurídico, à inexistência de nulidade do aval e ao afastamento dos danos morais demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

3. Ademais, o entendimento da Corte local sobre a decadência está em conformidade com a atual jurisprudência do STJ.

4. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE CONTRATO BANCÁRIO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE E DECADÊNCIA REJEITADAS. COBRANÇA INDEVIDA. RESPONSABILIDADE CIVIL. REPARAÇÃO. CABIMENTO. COMPATIBILIDADE DO VALOR ARBITRADO COM O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO. I - Podendo a parte ser obrigada ao pagamento do

valor correspondente ao financiamento, por força da condição de avalista, viável o manejo da ação que pretende a declaração de nulidade do contrato tendo no pólo passivo o Banco credor. Preliminar de ilegitimidade rejeitada. II - O art. 178 do CC deve ser interpretado de maneira que não seja iniciada a contagem do prazo decadencial sem que haja conhecimento pelo interessado, daquilo que pode ser requerido em juízo. Preliminar de decadência rejeitada. III - A cobrança indevida enseja a reparação do dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra. IV - Fixada de forma proporcional a indenização por danos morais, deve ela ser mantida. V - Os juros de mora nas indenizações por dano moral devem incidir a partir da data do arbitramento, pois antes dessa fixação, o devedor não tem como satisfazer a obrigação, ainda ilíquida, em razão do que não incorre em mora desde o evento danoso (RESP 903.258/RS, Quarta Turma, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, j. 21/06/2011). A correção monetária segue a mesma disciplina, conforme Súmula nº 362 do STJ. (ApCiv 0262462011, Rel. Desembargador(a) JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, julgado em 14/06/2012 , DJe 21/06/2012)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 348, 368, 448 e 535, II, do CPC/1973, 178, II, 186, 188, I, 219, 421 e 927 do Código Civil, 52 do Decreto-Lei nº 413/69, 60 do Decreto-Lei nº 167/67, 31 e 32 do anexo da LUG.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 265.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 267-269).

É o relatório. Decido.

2. Resguardado de qualquer ofensa está o art. 535 do CPC/1973, haja vista que a ofensa somente ocorre quando o acórdão deixa de pronunciar-se sobre questão jurídica ou fato relevante para o julgamento da causa. A finalidade dos embargos de declaração é complementar o acórdão quando nele identificar omissão, ou, ainda, aclará-lo, dissipando obscuridade, contradição ou erro material.

Na espécie, a Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. Portanto, não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional, de forma que se a decisão combatida não correspondeu à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

3. No que tange à violação aos arts. 178, II, 219 e 421 do Código Civil e 368 do CPC/1973, o recorrente alega a decadência, uma vez que seria incontroverso que o recorrido sabia da existência da cédula de crédito desde 1995, afirmando isso na petição inicial, que não haveria prova de que o recorrido tivesse sido induzido em erro, e que o prazo decadencial para anular um negócio jurídico em virtude de vícios de consentimento é de quatro anos, contados do dia em que realizado o negócio jurídico.

Na espécie, a Corte local afastou a tese de decadência com a seguinte

fundamentação no acórdão recorrido (fls. 204-205):

"[...]

Observe; porém, que embora se trate de prazo prescricional, quando deveria considerar a decadência, o Código Civil de 1916 estabeleceu o termo inicial do prazo o dia da celebração do contrato ou da prática do ato. A decadência é causa extintiva do direito, em razão do não exercício pela parte no prazo consignado legalmente, em atenção ao princípio da segurança jurídica das relações sociais.

Todavia, tal termo inicial deve coincidir com o conhecimento do fato gerador do direito a ser pleiteado, sob pena de se entender como correto o transcurso do prazo para quem não tinha, o conhecimento do ato a ser impugnado.

O referido dispositivo deve ser entendido de maneira que não seja iniciada a contagem do prazo decadencial sem que haja conhecimento pelo interessado, daquilo que pode ser requerido em juízo.

Sem se saber se teria ou não ocorrido um ato, inimaginável que seja admitido o decurso do lapso decadencial. Assim, o prazo decadencial começa a correr da data da celebração do contrato, na hipótese de ser considerado que neste instante os contratantes participaram efetivamente do negócio jurídico em questão.

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 546.077/SP em 2 de fevereiro de 2006, cuja Relatora foi a Ministra NANCY ANDRIGHI, entendeu a contagem do prazo, ainda que decadencial, somente começa a correr quando houver conhecimento da parte interessada, conforme se depreende de sua ementa, transcrita:

"[...]

No caso concreto, entendendo que o prazo decadencial não se consumou, tendo em vista que o apelado provou que somente tomou conhecimento do negócio jurídico quando do recebimento da notificação de fl. 14 e verso, datada de 24/05/2006, sendo que a demanda foi ajuizada em 20/9/2006.

Desse modo, rejeito a preliminar."

3.1. Nota-se que rever o entendimento da Corte local quanto à comprovação inequívoca pelo recorrido da ciência do negócio jurídico em 24.05.2006 e acolher a pretensão recursal de ciência do recorrido em 1995 demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

3.2. Ademais, considerando a moldura fática delineada no acórdão recorrido, verifica-se que o entendimento da Corte local está em conformidade com a atual jurisprudência do STJ quanto ao termo inicial da decadência:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AVAL. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. 2. APLICAÇÃO DO CDC ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. SÚMULA 297/STJ. 3. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA CONCEDIDO NA ORIGEM. REVISÃO. SÚMULA 07/STJ. ART. 178 DO CC/16. 4. CONTAGEM DO PRAZO DECADENCIAL. TERMO INICIAL. PRECEDENTES. ART. 178 DO CC/16. 5. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC, pois o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, quanto à aplicação das regras consumeristas e à inversão do ônus da prova, implica, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte Superior

3. O termo inicial da decadência é o momento em que se tem conhecimento da existência do negócio jurídico firmado. No caso dos autos, o agravado tomou ciência da suposta dívida contraída com a instituição financeira, em que figurava como avalista, após a inscrição de seu nome no cadastro de inadimplentes, em maio de 2006, não se configurando a incidência do instituto da decadência.

4. A jurisprudência desta Corte de Justiça perfilha o entendimento de que a "inscrição indevida em cadastro negativo de crédito, bem como o protesto indevido caracterizam, por si sós, dano in re ipsa, o que implica responsabilização por danos morais".

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1435412/MA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 03/02/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO PAULIANA. ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS. DECADÊNCIA DO DIREITO DO AUTOR. EFETIVA CIÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO QUE PRETENDE ANULAR. ART. 489, §1º, III, DO CPC/2015. FUNDAMENTAÇÃO ROBUSTA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não há que se falar em violação ao art. 489, §1º, III, do CPC/2015, haja vista que a decisão deste relator ostenta fundamentação robusta, explicitando as premissas fáticas adotadas pelos julgadores e as consequências jurídicas daí extraídas. **2. O termo inicial do prazo decadencial para terceiro/credor ajuizar ação objetivando a anulação de cessão de direitos hereditários deve coincidir com o momento em que este teve ou podia ter ciência inequívoca da existência de contrato a ser invalidado. Precedentes.** 3. O acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial.

Incidência da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1190491/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 23/03/2018)

Incide, na espécie, a Súmula 83 do STJ.

4. Em relação aos demais dispositivos legais violados, também não prospera o inconformismo.

Defende o recorrente a inexistência de nulidade no aval, arguindo ser incontroverso que a assinatura aposta foi do recorrido, possuindo vínculo decorrente do aval prestado na cédula de crédito. Argumenta, também, o afastamento da indenização por dano moral, uma vez que não teria ocorrido negativação do nome do recorrido nos órgãos restritivos de crédito, haveria ausência de prova de efetiva inscrição, inexistiria ato ilícito, bem como haveria premissa equivocada no acórdão recorrido não havendo confissão do recorrente.

Por outro lado, a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pela responsabilidade do recorrente e pelos danos morais sofridos, consignando o serviço bancário defeituoso, com contratação viciada, sendo o recorrido indevidamente incluído como avalista, não havendo contrato legítimo, válido e eficaz, bem como ter restado demonstrada a indevida inscrição do nome do recorrido nos cadastros de inadimplentes. Segue trecho da fundamentação do acórdão recorrido (fls. 206-207):

"No caso concreto, observo que na audiência de conciliação (fl. 81) o apelante ainda apresentou sua proposta para conciliação: "o Banco requerido reconhece a inexistência do débito contraído pelo autor mediante contrato de cédula de crédito industrial, que em contrapartida, abre mão de, eventuais danos morais decorrentes do fato em questão".

Embora não tenha sido concretizada a proposta, a iniciativa da instituição financeira apelante deixa clara a ilegitimidade da cobrança, uma vez que incompatível com o propósito de obtenção de lucro no mercado financeiro. Com efeito, o caso sob exame se caracteriza como serviço bancário defeituoso, cuja contratação foi viciada, sendo o apelado incluído indevidamente como avalista.

Logo, o contrato em questão não é legítimo, válido e eficaz, como tenta fazer crer o apelante.

Por outro lado, o apelante reclama que não teria inscrito o nome do apelado em cadastros de restrição ao crédito, inexistindo, por tal motivo, o dano moral.

A comunicação de fl. 14 e verso é taxativa:

[...]

No caso, o verbo poderá não significa uma faculdade, mas expresso permissivo legal que deve ser seguido pelo apelante, por força dos princípios que regem a Administração Pública. Ressalta tal situação a segunda parte do texto, que assevera que o pagamento em tempo hábil seria a medida necessária para evitar a concretização dos efeitos da inscrição no CADIN.

Nesse sentido, demonstrada a indevida inscrição do nome do apelado em cadastros de restrição ao crédito. Logo, sem razão a apelante ao pugnar pelo indeferimento do pedido contido na inicial.

Sobre caso semelhante esta Corte já se manifestou reconhecendo a nulidade do pacto celebrado com vício no consentimento: [...]

Desse modo, resta claro que a convicção formada pelo Tribunal de origem decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal de afastamento dos danos morais e inexistência de nulidade do aval demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento

do recurso.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".

5. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

